
PSICANÁLISE, EDUCAÇÃO E DISTOPIA: SOBRE OS EFEITOS DOS MODOS DE OPERAR NA/A LINGUAGEM

PSYCHOANALYSIS, EDUCATION, AND DYSTOPIA:
ON THE EFFECTS OF THE WAYS OF OPERATING IN/THE LANGUAGE

PSICOANÁLISIS, EDUCACIÓN Y DISTOPÍA:
SOBRE LOS EFECTOS DE LOS MODOS DE OPERAR EN EL/EL LENGUAJE

Elaine Milmann¹, Simone Zanon Moschen², Janniny Gautério Kierniew³, Cláudia Bechara Fröhlich⁴

RESUMO

Diante do que podemos nomear como uma crise de linguagem que povoa e corrói nosso laço social, num Brasil que vê autoridades públicas minarem a diferença inassimilável que sustenta a estrutura simbólica e organiza aquilo que compartilhamos como realidade, urge que possamos voltar nosso pensamento para os efeitos concretos que os modos de operar a linguagem produzem, seja na subjetividade das gerações que formamos, seja no mundo que estamos por lhes legar. Neste artigo, buscamos, ao recuperar elementos da psicanálise freudiana e lacianiana – e a concepção de linguagem que lhes dá sustentação –, articular uma reflexão crítica sobre as incidências de operações sobre a linguagem – e sua transmissão – no desenho do mundo que compartilhamos. A revisita ao trabalho de Klemperer sobre a linguagem do Terceiro Reich e ao romance de George Orwell, *1984*, permite ao texto relacionar operações sobre a linguagem e a memória com a estruturação de um laço social que prima pela produção do sentido único posto a serviço de poucos. Como forma de atualização desse debate, o artigo retoma fatos do Brasil recente que fornecem uma imagem do mecanismo que o texto busca problematizar. O trabalho acaba por apontar para a urgência de zelar pela abertura inventiva da linguagem de forma a restituir seu pulsar polissêmico e indica o fazer da poesia como um guia possível ao ensino que busca essa restituição

PALAVRAS-CHAVE: Psicanálise. Educação. Distopia. Linguagem. Transmissão

¹ Psicopedagoga. Doutora em Educação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, RS - Brasil. Pós-doutora em Psicanálise - Clínica e Cultura da UFRGS - Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (UL). Lisboa, Portugal. **E-mail:** elainemilmann@gmail.com

² Psicanalista. Doutora em Educação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, RS - Brasil. Professora Titular do Instituto de Psicologia - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, RS - Brasil. Bolsista produtividade CNPq. **E-mail:** simoschen@gmail.com

³ Psicanalista. Doutora em Educação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, RS - Brasil. **E-mail:** janninyk@gmail.com

⁴ Doutora em Educação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS - Brasil. Professora Adjunta - Universidade Federal do Rio Grande do sul (FACED/UFRGS). Porto Alegre, RS - Brasil. **E-mail:** claudiafrohlich@hotmail.com

Submetido em: 30/07/2022 - **Aceito em:** 28/02/2023 - **Publicado em:** 31/03/2023

ABSTRACT

In face of what we can name as a crisis of language that fills and erodes our social bond, in a Brazil that sees public authorities undermining the unassimilable difference that underpins the symbolic structure and organizes what we share as reality, it is urgent to direct our thought to the actual effects produced by the ways of operating the language, either in the subjectivity of the generations formed by us or in the world that we are about to bequeath to them. In this article, we try to recover elements from the Freudian and Lacanian psychoanalysis – and the concept of language that supports them –, to articulate a critical reflection on the incidences of operations on the language – and its transmission – in the design of the world we share. Revisiting Klemperer's work on the language of the Third Reich and George Orwell's novel, *1984*, allows the text to relate operations on the language and the memory as structuring of a social bond that excels in the production of the one-way placed at the service of a few. As a way of updating this debate, the article resumes facts from the recent Brazil that provide an image of the mechanism that the text searches to question. The work points to the urgency of watching over the inventive opening of the language to return its polysemic pulsing and indicate the poetry making as a possible guide for the teaching that looks for this restitution.

KEYWORDS: Psychoanalysis. Education. Dystopia. Language. Transmission.

RESUMEN

Ante lo que podemos nombrar como una crisis del lenguaje que puebla y corroe nuestro lazo social en un Brasil que ve a autoridades públicas minando la diferencia inasimilable que sostiene la estructura simbólica y organiza lo que compartimos con la realidad, urge que podamos dirigir nuestro pensamiento hacia los efectos concretos producidos por los modos de operar el lenguaje, ya sea en la subjetividad de las generaciones que formamos o en el mundo que estamos por legarles. En este artículo, buscamos, al recuperar elementos del psicoanálisis freudiano y laciano – y la concepción de lenguaje que les da sostén –, articular una reflexión crítica sobre las incidencias de operaciones sobre el lenguaje – y su transmisión – en la configuración del mundo que compartimos. El retorno al trabajo de Klemperer sobre el lenguaje del Tercer Reich y a la novela *1984*, de George Orwell, nos permite, en este texto, relacionar operaciones sobre el lenguaje y la memoria con la estructuración de un lazo social que se caracteriza por la producción de un sentido único puesto al servicio de unos pocos individuos. Como forma de actualización de este debate, en este artículo, retomamos hechos del Brasil reciente que proyectan una imagen del mecanismo que se busca problematizar en el texto. Nuestro trabajo apunta a la urgencia de velar por la apertura inventiva del lenguaje con vistas a restituir su pulsar polisémico e indica el obrar de la poesía como una guía posible para la enseñanza que busca esa restitución.

PALAVRAS-CLAVE: Psicoanálisis. Educación. Distopía. Lenguaje. Transmisión.

1 CRISE SANITÁRIA, CRISE DE LINGUAGEM

Estamos em 2022. E isso não é qualquer coisa. Acabamos de passar pelo epicentro de uma pandemia que colocou o planeta frente à necessidade de responder com uma política de vida diante da ameaça de morte contida na disseminação de um vírus. Essa ameaça, porém, não incidiu sobre todos os territórios de forma igualitária, descortinando, assim, de modo incontornável, as desigualdades que loteiam o mundo e, especialmente, nosso país. Desigualdades distribuídas conforme marcadores de classe, raça e gênero em suas diversas intersecções.

Em nosso país, a pandemia adquiriu matizes trágicos na medida em que esteve (está) associada a uma política de morte que parece dirigir as ações de um governo denunciado no Tribunal Penal Internacional, em Haia, na Holanda, por crime contra a humanidade devido à sua gestão da pandemia. Essa gestão funesta incidiu, diretamente, sobre a educação, especialmente sobre a educação pública, que já vinha sendo atingida por diversas ações governamentais que faziam avançar seu sucateamento. Se a distribuição orçamentária, com sucessivos cortes das verbas – cortes que impactaram, especialmente, as universidades públicas –, buscou produzir a erosão de um sistema abrangente de ensino,⁵ há uma linha de força tão ou mais devastadora que a falta de verbas, sobretudo quando o assunto é a obliteração da transmissão de uma geração a outra do patrimônio simbólico acumulado e da consequente responsabilidade que essa transmissão implica.

Sabemos, com Freud, que a apropriação de qualquer herança implica, paradoxalmente, a sua manutenção e a sua transformação. No texto *Totem e tabu*, no qual Freud elabora o que propõe como um mito fundador de uma coletividade, lemos a citação da famosa frase de Goethe, no *Fausto*: “Aquilo que herdaste de teus pais, conquista-o para fazê-lo teu” (GOETHE apud FREUD, [1913] 1996, p. 160). Nesse trabalho clássico, com muitas ressonâncias para nosso tempo, o psicanalista procura elaborar um pensamento que vai na direção de sistematizar o que está em causa na transmissão de um legado e na responsabilização coletiva por sua manutenção. Suas perguntas o levarão a propor que a apropriação de uma herança simbólica depende da condição de superação, por parte dos herdeiros, de quem a conferiu. Essa condição de possibilidade de uma transmissão não é fruto de uma vontade qualquer do herdeiro, mas é consequência da estrutura da linguagem – lembremos que estamos falando de uma herança simbólica: uma palavra, tomada do outro e enunciada em um novo contexto, portará os vestígios de sua procedência, mas também estará aberta à produção de sentidos não cifrados no território de onde proveio.

Jorge Luís Borges escreve sobre os efeitos criadores que incidem em um enunciado quando seu lugar de enunciação se desloca no tempo – e no espaço. Em “Pierre Menard, autor do *Quixote*”, Borges (1999) nos faz conhecer um escritor cujo projeto de vida era escrever a obra de Miguel de Cervantes. Não escrever o *Quixote* como Cervantes, nem mesmo copiá-lo palavra por palavra. O que Menard desejava era escrever o *Quixote*. Nos caminhos e descaminhos que tomou para alcançar tal empreitada, ele chega a mencionar que seu projeto não era propriamente difícil, mas para realizá-lo bastaria ser imortal. Bastaria não estar submetido ao trabalho do tempo que inscreve variantes incapazes de serem apagadas – por mais que se deseje fazê-lo.

Compor o *Quixote* em princípios do século XVII era um empreendimento razoável, necessário, quem sabe fatal; em princípios do XX, é quase impossível. Não transcorreram em vão trezentos anos, carregados de complexíssimos fatos. Entre eles, para mencionar apenas um: o próprio *Quixote*. (BORGES, 1999, p. 495)

⁵ De acordo com dados do Censo de Educação Superior do Inep, do ano de 2020, trata-se de mais de um milhão de alunos matriculados em 304 Instituições de Ensino Superior, sendo 118 federais, 129 estaduais e 57 municipais (BRASIL, 2022).

Ainda que o projeto seja caracterizado por um impossível, Borges nos conta que Menard não capitulou aos revezes do caminho. Após muito investimento, acabou por escrever um trecho, destacado por Borges como “verbalmente idêntico” ao de Cervantes, mas “infinitamente mais rico”:

... a verdade cuja mãe é a história, êmula do tempo, depósito das ações, testemunha do passado, exemplo e aviso do presente, advertência do futuro.

A história, mãe da verdade; a ideia é assombrosa. Menard, contemporâneo de William James, não define a história como indagação da realidade, mas como sua origem. A verdade histórica, para ele, não é o que aconteceu; é o que julgamos que aconteceu. (BORGES, 1999, p. 496)

Não nos passa despercebido o que pode estar em causa na tesoura de Borges ao recortar esse trecho de Cervantes/Menard. Nele está indicado o trabalho do tempo sobre os enunciados e seu efeito sobre a experiência que temos do que concebemos como verdade histórica. Ao deslocarmos uma frase para enunciá-la de forma verbalmente idêntica em outro contexto espaço-temporal, veremos trabalhar nela as vozes do presente, que transformam as aberturas à produção de sentidos que aquele encadeamento de palavras carregava. Contudo, essa transformação não responde à vontade de um ou de outro grupo, mas é efeito da conjunção e do atrito entre o que contexto cifra e o que ele, ao cifrá-lo, acaba por localizar como resto não articulável, como uma abertura não domesticável. Dito de outro modo, desde a psicanálise: um resto Real do trabalho do Simbólico. É justo esse aspecto que mais vai nos interessar avançar neste artigo.

É no ponto de abertura da articulação entre os registros do Simbólico e do Real que pousamos nossa condição de nos fazermos herdeiros de uma história, trabalhando seus ressoos e abrindo nela novas camadas de sentido, soterradas pelas vozes retumbantes dos vencedores. Por isso, neste artigo, miramos a elaboração dos efeitos sobre a educação daquilo que reconhecemos como uma crise de linguagem a assolar o cotidiano de nosso país. Atravessando esse tema, queremos sustentar a importância do jogo que se abre no terreno do poético e da ficção, na medida em que reconhecemos nele a abertura de um espaço para um pensamento sobre o fazer com a linguagem e suas consequências, especialmente para a sustentação de um ensino no campo das humanidades.

2 PSICANÁLISE E LINGUAGEM

Se nos remetemos à cena da sala de parto da psicanálise, encontraremos no centro dos acontecimentos o trabalho com os sonhos. É no livro dos sonhos que Freud reconhecerá, como marco inaugural daquilo que obrava para colocar no mundo, uma práxis de escuta da qual deriva uma teoria com consequências éticas e, diríamos mais recentemente, políticas. É na experiência com os sonhos que uma concepção de linguagem, bastante singular, dará pistas para a sua proposição interpretativa.

Os sonhos sempre interessaram a humanidade. Ao fazer uma pesquisa histórica, Freud sublinha duas formas de situar o trabalho da interpretação dos sonhos: uma ele denomina “simbólica”, em que o sonhador considera o sonho em sua totalidade e tenta substituí-lo por um conteúdo inteligível; e a outra, chama de trabalho de “decifração”, em que “cada signo pode ser traduzido por outro signo de significado conhecido, de acordo com um código fixo” (FREUD, [1900] 1976b, p. 120). Freud, contudo, propõe uma série de torções e deslocamentos nesses métodos, desenhando um modo singular de arquitetar o material onírico e localizando neste trabalho a via régia para o inconsciente. Nesses desvios operados por ele estarão em causa a associação feita pelo sonhador – o legítimo interpretador dos sonhos – e a abolição de qualquer código fixo em que um elemento corresponda univocamente a um outro. A escuta do texto do sonho implicará, em sua indicação, uma acuidade especial às ressonâncias das palavras e às linhas associativas que elas abrem. Freud indica, assim, o lugar que a linguagem tem na produção e na interpretação dos sonhos – paradigma teórico-clínico da psicanálise.

De fato, os sonhos se acham relacionados de forma tão íntima com a expressão linguística que Ferenczi observou acertadamente que cada idioma possui sua própria linguagem onírica. É impossível traduzir um sonho em uma língua estrangeira, e isso também se aplica, imagino, a um livro como esse. (FREUD, [1900] 1976b, p. 121)

Mas em que direção Freud aponta quando se trata do trabalho de interpretação e qual concepção de linguagem sustenta sua proposição? Para seguir adiante nesse ponto, retomemos a análise que ele faz de um sonho que nos lega como modelo.

Estamos no verão de 1895, e Freud, em férias, tem o seguinte sonho:

Um grande salão – numerosos convidados a quem estávamos recebendo. – Entre eles estava Irma. No mesmo instante, puxei-a de lado, como que para responder a sua carta e repreendê-la por não ter ainda aceitado minha “solução”. Disse-lhe: “Se você ainda sente dores, é realmente apenas por culpa sua.” Respondeu ela: “Ah! se o senhor pudesse imaginar as dores que sinto agora na garganta, no estômago e no abdômen... – isto está me sufocando.” – Fiquei alarmado e olhei para ela. Parecia pálida e inchada. Pensei comigo mesmo que, afinal de contas, devia estar deixando de perceber algum distúrbio orgânico. Levei-a até a janela e examinei-lhe a garganta, e ela deu mostras de resistências, como fazem as mulheres com dentaduras postizas. Pensei comigo mesmo que realmente não havia necessidade de ela fazer aquilo. – Em seguida, ela abriu a boca como devia e, no lado direito,

descobri uma grande placa branca; em outro lugar, vi extensas crostas cinzas-branquiçadas sobre algumas notáveis estruturas recurvadas, que tinham evidentemente por modelo os ossos turbinados do nariz. – Chamei imediatamente o Dr. M., e ele repetiu o exame e o confirmou... O Dr. M. tinha uma aparência muito diferente da habitual; estava muito pálido, claudicava e tinha o queixo escanhado... Meu amigo Otto estava também agora de pé ao lado dela, e meu amigo Leopold a auscultava através do corpete e dizia: “Ela tem uma área surda bem embaixo, à esquerda.” Indicou também que parte da pele do ombro esquerdo estava infiltrada. (Notei isso, tal como ele fizera, apenas do vestido.)... M. disse: “Não há dúvida de que é uma infecção, mas não tem importância; sobrevirá uma disenteria, e a toxina será eliminada.”... Tivemos também pronta consciência da origem da infecção. Não muito antes, quando ela não estava se sentindo bem, meu amigo Otto lhe aplicara uma injeção de um preparado de propil, propilos... ácido propiônico... trimetilamina (e eu via diante de mim a fórmula desse preparado, impressa em grossos caracteres)... Injeções como essas não deveriam ser aplicadas de forma tão impensada... E, provavelmente, a seringa não estava limpa. (FREUD, [1900] 1976b, p. 115)

O contexto em que Freud produz esse sonho é o de grande angústia. Ele avançava sozinho, contando com a desconfiança de seus pares, no estabelecimento da psicanálise como um método de tratamento para os sintomas histéricos: afecções corporais sem causalidade orgânica definida. Sua aposta, enunciada de forma simples, era a de que uma palavra silenciada se fazia ouvir como sintoma físico. Tratava-se, contudo, de uma aposta em relação à qual, não raras vezes, ele vacilava, especialmente quando não recolhia do tratamento que oferecia os efeitos pretendidos. Seu sonho se estabelece tanto como elaboração da enunciação dessa angústia quanto como um legado aos psicanalistas (uma herança) de um saber sobre o que importa escutar diante do texto dos sonhos. Como não poderia ser diferente, a comunidade psicanalítica tomou essa herança nas frestas que ela continha e fez incidir sobre ela um trabalho de manutenção e de transformação. Retomemos algumas noções de Lacan em *O eu na teoria de Freud e na técnica psicanalítica*, seminário pronunciado em 1954-1955.

Lacan nos dirá que, diante do sonho, importa sobremaneira “partir do texto” (LACAN, [1954-1955] 1987, p. 195). No texto legado por Freud, um termo se destaca pelas aspas que o autor lhe confere: “solução”. Como referimos, Freud, nesses tempos, acreditava que a “solução” de um conjunto de sintomas passava pela comunicação das associações existentes entre esses sintomas e os elementos que, recalçados, eram representados neles. A solução estaria em algo como tornar consciente o inconsciente representado nos sintomas.

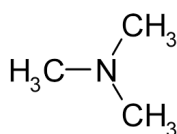
Em seu sonho, Freud nos diz que havia comunicado a Irma, sua paciente, a “solução” e, no seu entender – ou desejo –, ela seguia doente exclusivamente porque não havia aceitado sua comunicação. Seu sonho, nas primeiras linhas, quer livrá-lo da responsabilidade: ele havia feito seu trabalho. Mas a dúvida está com ele, “talvez pudesse não ter percebido algum distúrbio orgânico” – como escreve –, talvez algo tenha lhe passado despercebido. Ele insiste em examiná-la novamente, depois de se assustar com sua aparência pálida. Ela resiste, mas finalmente abre a boca. O que Freud vê é assustador. Ela abre a boca e o que ali ele encontra é a imagem do horror. É nesse ponto que acontece algo que nos interessa

sobremaneira: não atravessamos o horror sozinhos, não retomamos a condição da palavra, diante da insurgência Real, sem que nos façamos acompanhar. Freud chama seus pares, procura os que se fazem iguais perante o enigma que ele aborda.

São os colegas de Freud, Dr. M., Otto e Leopold, que o ajudam a olhar para o que a boca revela; avançam, juntos, ainda que tropeçadamente, no exame da paciente – impossível passar despercebido o lugar que a convocação dos pares tem no atravessamento do limiar da palavra. Eles seguem e se detêm em “uma área surda, bem embaixo, à esquerda”. As perguntas atormentam Freud: deixei de perceber algum distúrbio orgânico? Fiquei surdo a algo que, vindo de uma área bem abaixo, à esquerda, tentou ser dito? Não! “Não há dúvida de que é uma infecção, mas não tem importância; sobrevirá uma disenteria, e a toxina será eliminada”. Tudo se resolverá. Mas qual a origem dessa infecção? “Não muito antes, quando ela não estava se sentindo bem, meu amigo Otto lhe aplicara uma injeção de um preparado de propil, propilos... ácido propiônico... trimetilamina (e eu via diante de mim a fórmula desse preparado, *impressa em grossos caracteres*).”

Otto havia aplicado em Irma uma injeção, origem de seus males, de sua infecção; havia lhe aplicado um preparado, podemos dizer uma *solução* de trimetilamina. Solução que Freud vê impressa em grossos caracteres: uma solução escrita; diríamos, uma solução que passa pela escrita, que implica, em primeiro, plano a linguagem. Aqui situamos algo de extremo valor: a solução – um preparado, uma fórmula escrita – aparece como elemento causador de doença e de cura. A palavra, – sublinhemos novamente, escrita – em sua dupla posição: solução causadora das dores de Irma; mas também a palavra, solução, lida por Freud como indicação do caminho da cura. É nessa posição que Freud situará a palavra – e isso ao longo de toda a sua obra: no trabalho da linguagem estão contidas as causas e os encaminhamentos possíveis ao mal-estar que a cada tempo atravessamos, como sujeitos e como coletividade. E como o sonho localiza essa palavra? Nesse sonho, Freud nos lega uma palavra que, como imagem, vem impressa em grossos caracteres: um símbolo, uma escrita que indica em seu coração a contingência da produção dos sentidos – contingência a que temos acesso a partir do trabalho associativo de Freud.⁶

A solução surge em uma imagem que, de algum modo, condensa a estrutura triádica das associações de Freud,⁷ uma imagem que talvez nos dê notícias do que está em causa nas descobertas do psicanalista: o significante (a fórmula da trimetilamina) que o sonhador vê escrita em grossos caracteres não remete a um significado fixo e unívoco, mas mostra sua polissemia nos desdobramentos associativos de Freud. O jogo simbólico se desdobra no



⁶ Fórmula da trimetilamina:

⁷ Assim como na fórmula da trimetilamina vemos se desdobrar uma estrutura em que os elementos (carbono e nitrogênio) se desdobram em uma estrutura triádica, as associações de Freud fazem comparecer à cena do sonho figuras que se desdobram em três personagens: Irma, Matilde e Martha; Otto, Leopold e Dr. M.

terreno da contingência e produz, como dissemos, ao mesmo tempo, mal-estar e solução. Lembramos Lacan:

Tal qual um oráculo, a fórmula não fornece resposta alguma ao que quer que seja. Mas a própria maneira pela qual ela se enuncia, seu caráter enigmático, hermético, é justamente a resposta à questão do sentido do sonho. Não há outra palavra, outra solução ao problema de vocês [psicanalistas] senão a palavra. (LACAN, [1954-1955] 1987, p. 202)

Há no legado que Freud endereça aos que o sucederão a localização de um impossível em uma posição estruturalmente idêntica à que a solução adquire no sonho: causa e remédio de um mal-estar. O impossível, ponto limite da interpretação, aparece, ao mesmo tempo, como causa do trabalho do simbólico e como seu efeito. A partir do impossível de dizer nos colocamos a falar; falando damos novos contornos ao impossível, reafirmando-o, e não o debelando. É a esse impossível que Freud dá imagem em uma nota de rodapé: “[...] existe pelo menos um ponto em todo sonho no qual ele é insondável – um umbigo, por assim dizer, que é seu ponto de contato com o desconhecido” (FREUD, [1900] 1976b, p. 132). Sobre essa proposição, Garcia-Roza nos diz:

O umbigo é um índice evidente da alteridade, da incompletude, da não totalização de algo. Deus não poderia ter umbigo. Quando Freud aponta o umbigo do sonho, e o faz em dois momentos da *Traumdeutung*, ele está preocupado em apontar o inacabamento essencial com que está marcada toda interpretação. Não se trata apenas do limite oferecido pela resistência, pela defesa, mas de algo mais fundamental e que diz respeito não apenas ao umbigo do sonho mas aponta para o umbigo da própria linguagem. (GARCIA-ROZA, 2008, p. 73)

Estamos diante de um elemento essencial (para brincarmos com a palavra) da proposição de Freud:

Mesmo no sonho mais minuciosamente interpretado, é frequente haver um trecho que tem de ser deixado na obscuridade; é que, durante o trabalho de interpretação, apercebemo-nos de que há nesse ponto um emaranhado de pensamentos oníricos que não se deixa desenredar [...]. Esse é o umbigo do sonho, o ponto em que ele mergulha no desconhecido. Os pensamentos oníricos a que somos levados pela interpretação não podem, *pela natureza das coisas, ter um fim definido; estão fadados a ramificar-se em todas as direções dentro da intrincada rede de nosso mundo de pensamento.* (FREUD, [1900] 1976b, p. 482, grifo nosso)

A indicação de Freud é preciosa: o trabalho associativo operado no fio da linguagem não leva o sonhador a uma causa derradeira do sonho. Ainda que ele invista sobremaneira, não encontrará um ponto de origem, a essência de seu sonho. Justo ao contrário, pois não há um ponto de origem, um começo absoluto – assim como não há um fim, um ponto ao qual a caminhada associativa devesse se orientar. Há uma trama, e essa trama, enquanto avança, “ramificando-se em todas as direções” (FREUD, [1900] 1976b, p. 485), ao mesmo tempo que alarga as margens do dizível, escreve novos não dizíveis. A ausência de um fim definido, sublinhemos, deve-se à natureza das coisas, qual seja, à natureza da linguagem.

Quando Lacan, no seminário *Mais, ainda*, tenta dar consequências ao que Freud nomeou como “umbigo do sonho”, ponto que ele, por sua vez, nomeará de Real, oferece-nos uma imagem: “o trabalho do texto que sai do ventre da aranha” (LACAN, [1972-1973] 1985, p. 126). Lacan nos convida, assim, a observar a trama que sai do ventre da aranha e a nomeia como texto,⁸ como trabalho de fazer aceder o Real ao Simbólico. A aranha escreve uma teia – trama textual – na positividade de seus fios e na negatividade dos espaços deixados vazios. À medida que ela avança, alargando seus domínios, novos espaços vazios, contornados por seus fios de texto, fazem-se ver, uma ação infinita, sem princípio ou fim. Chegamos, nesse ponto, a uma imagem potente do que poderia ser o Simbólico trabalhando e constituindo, num mesmo movimento, uma ampliação do mundo e um resto de Real. Por outro lado, temos, como vimos no sonho de Freud, aquilo que se produz a partir de um encontro com o Real:

No ponto em que a hidra perdeu as cabeças, *uma voz que não é senão a voz de ninguém faz surgir* a fórmula da trimetilamina, como a derradeira *palavra* daquilo de que se trata, a palavra de tudo. E esta palavra não quer dizer nada, senão que é uma palavra. (LACAN, [1954-1955] 1987, p. 216, grifos nossos)

Pensar a interpretação dos sonhos como tessitura aos moldes da aranha, permite-nos implodir a perspectiva de busca de seu sentido último. Procura que, quando exercitada, inscreve uma topologia em que jogam numa série antagônica superfície e profundidade. É de outra espacialidade que se trata quando pensamos a teoria da linguagem em causa no trabalho de Freud. A busca que está em causa, quando estamos afetadas pelo plano do inconsciente, leva-nos a percorrer uma profundidade sem fundo na qual o interior é também uma superfície exposta. Disso deriva a proposição, difícil de desenhar como imagem, de que a profundidade aparece como alargamento e não propriamente como fundura ou interioridade. Não há dúvida de que é em Freud que Lacan se inspira ao nos alertar para a “discussão confusíssima sobre esta oposição do superficial e do profundo, da qual sempre lhes suplico que se livrem. Como diz Gide nos *Moedeiros falsos*, *não há nada mais profundo do que o superficial*, porque não há profundo algum.” (LACAN, [1954-1955] 1987, p. 195). Também é dessa prerrogativa do inconsciente que deriva a proposição de Lacan acerca do Real como resto do trabalho do Simbólico: “o trabalho do texto que sai do ventre da aranha” (LACAN, [1972-1973] 1985, p. 126), produz, ao mesmo tempo, sustentação, Simbólico e vazio, Real.

Com o risco da redundância, retomemos mais uma vez a assertiva de Lacan: “No ponto em que a hidra perdeu as cabeças, uma voz que não é senão a voz de ninguém faz surgir a fórmula da trimetilamina, como a derradeira palavra daquilo de que se trata, a palavra de tudo”. Sublinhemos, o agente da voz que surge no limiar da linguagem é um ninguém. Parece-nos de altíssima relevância essa pontuação: ninguém. O ato que faz surgir a derradeira palavra, tal qual proposto por Lacan, sustenta-se em uma impessoalidade. Sua consequência

⁸ “Quien escribe teje. Texto proviene del latín ‘textum’, que significa tejido. Con hilos de palabras vamos diciendo, con hilos de tiempo vamos viviendo. Los textos son, como nosotros, tejidos que andan...” (GALEANO, 2001).

será colocar em causa o paradoxal efeito de indicar a impessoalidade de seu agente, abrindo espaço para a enunciação de algo que fala no sujeito à revelia de sua vontade.

Atentarmos para o lugar da impessoalidade na emergência de uma palavra que possa nos socorrer diante do Real tem como intuito abrir espaço para um pensamento sobre as consequências de um laço social em que o lugar que deveria permanecer vazio é ocupado por alguém ou por alguma instância que se outorga o direito de legislar sobre a língua, atentando contra as leis da linguagem. Se, como nos diz Lacan, a verdade tem estrutura de ficção, isso, de nenhum modo, implica que alguém ou alguma instância possa agenciar a ficção na direção que melhor cumpre seus objetivos. Dizer que a verdade se articula por meio da ficção é dizer que ela está sujeita às leis da linguagem, leis que indicam que essa articulação se dá no ponto em que Simbólico e Real se tocam.

Lacan nos lembra que “na perspectiva freudiana, o princípio da realidade apresenta-se como que se exercendo de uma maneira que é essencialmente precária” (LACAN, [1959-1960] 1997, p. 43). Para ele, os idealistas, ao colocarem em questão a realidade, “não a contestam seriamente, eles a domam. O idealismo consiste em dizer que somos nós que damos a medida da realidade, e que não se deve buscar para além disso. É uma posição reconfortante. A de Freud, aliás, como de todo homem sensato, é outra coisa” (LACAN, [1959-1960] 1997, p. 43). Em Freud, o agente da ficção é impessoal, inconsciente, indomável, ainda que tenhamos de lidar com as consequências de seus (des)caminhos.

Vivemos um tempo em que a máquina publicitária trabalha para ocupar o lugar de agente da ficção, procurando domesticar a produção de sentido a favor de uma perspectiva que favoreça seus objetivos. Essa máquina se dedica, diuturnamente, a ensejar um mundo fechado nos sentidos que deseja lhe imputar. Esse trabalho beira o absurdo de um revisionismo da história ou ainda da obliteração de antagonismos irreconciliáveis. A título de exemplo, duas situações: o reiterado investimento por parte do governo Bolsonaro de revisar a nomeação do golpe civil-militar de 1964 e passar a chamá-lo de revolução (BOLSONARO..., 2021); ou ainda a tentativa de situar o nazismo como fruto de um movimento de esquerda (“NÃO...”, 2019), utilizando-se para isso do nome do partido a que Hitler pertencia: Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães. No país em que a Terra passou a ser plana, pessoas e grupos trabalham para domesticar os sentidos, fazendo com que o lugar ocupado por *ninguém*, lembrado por Lacan como coração da estrutura simbólica, seja ocupado por *alguéns* cujos objetivos vão na direção de implodir o anolamento entre os registros do Real, Simbólico e Imaginário, que sustenta o obrar linguageiro de onde emana a produção do mundo que compartilhamos. Desatar esse anolamento, em prol do estabelecimento da fixidez de um sentido único que corresponda aos interesses de alguns, tem levado ao que aqui estamos chamando de uma crise de linguagem. É pelo agenciamento dessa crise que vemos avançar a tentativa de obliteração do trabalho de pensamento que está em causa na transmissão e na apropriação de uma herança simbólica.

3 DISTOPIA E LINGUAGEM: PALAVRAS COMO MINÚSCULAS DOSES DE ARSÊNICO

Tanto na literatura de teor testemunhal, produzida em articulação com registros históricos, como na ficção, encontramos uma relação entre distopia e crise de linguagem. O filólogo alemão Victor Klemperer, casado com uma mulher ariana e judeu integrado na sociedade germânica no período da ascensão do nazismo na Alemanha, produziu um diário posteriormente transformado no livro *LTI: a linguagem do Terceiro Reich*.

Zakhor – “lembra-te”, em hebraico – significa registrar o passado a todo custo, para conhecimento das gerações futuras; um pacto com a memória, sempre atualizado na cultura judaica. É em compromisso com esse pacto que Klemperer trouxe seu testemunho da experiência vivida no Holocausto, também conhecido como *Shoá*: “*Shoá* designa não somente o extermínio de seis milhões de judeus, mas também dos demais povos e grupos diferentes: homossexuais, ciganos, Testemunhas de Jeová, opositores políticos – perseguidos pela intolerância nazista” (KLEMPERER, 2009, p. 12).

Apesar das ameaças e perseguições sofridas na Alemanha no período nazista, Klemperer manteve o registro do cotidiano das cidades durante a Segunda Guerra Mundial em um diário clandestino, cujo fio condutor foi o estudo da linguagem operante desde a ascensão até a queda do regime nazista. Sua proposição era a de que o nazismo só se consolidou efetivamente quando dominou a linguagem em um pacto com seu empobrecimento; como fruto desse movimento, na Alemanha, a sociedade foi sendo induzida a aceitar grandes anomalias como natural. O testemunho do filólogo, além de guardar uma motivação científica, tinha um objetivo educacional com propostas de alterações no sistema que contribuiu para a lavagem cerebral nazista.

A língua do Terceiro Reich (LTI), falada pelos nazistas, era a língua do fanatismo das massas, instrumento de doutrinação agenciado para estreitar o pensamento e para suggestionar. “Palavras podem ser como minúsculas doses de arsênico: são engolidas de maneira despercebida e aparentam ser inofensivas; passado um tempo, o efeito do veneno se faz notar” (KLEMPERER, 2009, p. 55). O nazismo se estabeleceu, fortemente, por meio de palavras, expressões ou frases impostas pela repetição, milhares de vezes, e, ao cabo de certo tempo, aceitas mecanicamente, sem qualquer vestígio de um pensamento que as acompanhasse.

O efeito-veneno do uso das palavras se faz notar com o abandono do sentido dos conceitos, propositalmente empobrecidos, e com o significado das palavras gradativamente desvirtuado. A palavra “heroísmo” (*Heroismus*), por exemplo, muito utilizada durante o regime nazista, foi apresentada à geração que começou a se alfabetizar em torno de 1933, e perdeu o sentido de grandeza, representando aqueles que se entregavam de corpo e alma à ideologia nazista, “os que matavam mais, os que obtinham mais medalhas nas competições esportivas” (KLEMPERER, 2009, p. 18).

Esse estudo sobre a linguagem na Alemanha nazista ilumina nossos tempos, mostrando como a linguagem nesse período foi agenciada para alcançar objetivos de um determinado grupo social. Seu uso avançou como um vírus, contaminando as pessoas, incluindo muitos judeus, que aderiam à *novilíngua*, expressão utilizada no livro *1984*, de George Orwell. Nesse romance, o autor pensa a associação entre o estreitamento da condição de pensar, objetivada pelos regimes totalitários, e um uso específico da linguagem; uma operação semelhante à que se estabeleceu quando do Terceiro Reich na Alemanha.

Na distopia futurista de *1984*, em um território chamado Oceania, composto pela ex-Inglaterra, as ex-Américas, a Nova Zelândia e parte da África, havia um governo totalitário cujas ações almejavam controlar os mínimos gestos de seus cidadãos. O Estado buscava controlar tudo, inclusive o pensamento das pessoas, fazendo o uso de cartazes espalhados e de “teletelas” que transmitiam mensagens e monitoravam tudo e todos, sem parar. O partido *Ingsoc* impunha a vigilância do *Grande Irmão*, o ditador e líder máximo do partido, um poder supremo e abstrato, do qual não se podia escapar. Nunca visto, esse tirano tinha uma representação monstruosa que dominava a população pelo medo e pelo controle das palavras por meio de uma série de manobras que incidiam sobre a linguagem, a novilíngua.

A novilíngua utilizava vários dispositivos para exercer o controle sobre o pensamento pelo esvaziamento do sentido dos conceitos: “Guerra é paz, liberdade é escravidão, ignorância é força” (ORWELL, 2009, p. 14). Um dos procedimentos utilizados pela novilíngua era reduzir os termos e retirar antônimos e sinônimos. “Negrobranco”, por exemplo, era uma palavra que, como muitas outras, tinha sentidos mutuamente contraditórios, simbolizando a lealdade ao partido dominante, ao afirmar que preto é branco, se isso fosse exigido por ele.

Outra das operações sobre a linguagem que compunham o ideário da novilíngua era a criação de palavras por aglutinação, por exemplo: “crimideias”, correspondendo aos pensamentos errados, crime ideológico ou pensamentos ilegais. “Duplipensar”, ou duplo pensamento: saber que algo está errado e se convencer que está certo. “Impessoa”, por exemplo, era uma pessoa que não deveria existir mais e cujas referências deveriam ser apagadas dos registros históricos. “Crimideter” era a faculdade de deter qualquer pensamento perigoso, incluindo o poder de não perceber analogias e não observar erros de lógica. Esse controle da linguagem, descrito na distopia *1984* parece se alastrar pelo Brasil contemporâneo que assiste à sua liberdade de pensamento ser ameaçada pela tentativa de governar a linguagem e submeter seu funcionamento à produção de um sentido unívoco, varrendo de seu jogo qualquer abertura polissêmica.

Como na linguagem do Terceiro Reich, ou nas páginas de *1984*, também observamos atônitos a emergência, no Brasil contemporâneo, de uma série de mecanismos similares aos operados pela novilíngua. A manipulação das palavras tem ocorrido em diferentes níveis, como tentativa de controle do pensamento da população. Em *live* de 4 de junho de 2020, ouvimos, por exemplo, sobre a emergência de movimentos antifascistas no Brasil, o presidente brasileiro à época enunciar: “acusam os outros do que são”, indicando os *antifa* como fascistas (OS PINGOS..., 2020). Tal como no romance de Orwel, os termos são

destituídos de sua força antagônica e passam a se apresentar de forma equivalente. Vemos recair sobre a nossa língua um movimento de estreitamento. Na esteira desse movimento, testemunhamos, recentemente, um parlamentar, diante das manifestações antifascistas, protocolar um Projeto de Lei (PL) indicando que grupos antifascistas sejam classificados como terroristas e enquadrados na Lei Antiterrorismo (BRASIL, 2020).

Em períodos distópicos, como no cenário literário da Oceania, de *1984*, ou na terrível realidade da Alemanha nazista, assistimos à utilização de mecanismos que não nos parecem alheios a uma série de manipulações languageiras de nosso presente. No Brasil, essa manipulação das palavras vem produzindo um efeito de veneno, como doses minúsculas de arsênico, em todos os âmbitos da sociedade, da cultura e da educação. Trata-se da imposição de uma gramática de controle da língua que responde aos desejos de determinados grupos sociais. A linguagem em seu elemento vivo está sujeita aos usos e poderes. Ela é o palco em que disputas importantes se dão. Disputas com consequências bastante concretas sobre a vida daqueles que a pronunciam.

Dois fatos ocorridos na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, relativos a proibições do uso de *linguagem neutra* nas escolas, são paradigmáticos da tentativa de controle da língua. A linguagem neutra é um modo de grafar, na língua falada e escrita, a pluralidade de *modos de ser* de nosso tempo, alterando, por acréscimo, e não por substituição, letras que designem gênero para além do “o” e “a”, masculino e feminino. Quanto mais cresce seu uso na internet, nas ruas e, principalmente, nas universidades, tanto mais projetos de lei são elaborados acenando pelo seu veto no país. No gesto que conduz ao veto de ampliação da língua para acolher as pessoas que não se sentem representadas pelo masculino e/ou pelo feminino, percebemos muitas aproximações ao que está em causa no governo autoritário da distopia de *1984*, de Orwel, com seus mecanismos de controle.

O primeiro fato, ocorrido em 2021, refere-se à proibição da exibição de uma peça de teatro numa escola privada da cidade (LOPES; CHAGAS, 2021). A proibição acontece em razão do espetáculo fazer uso da linguagem neutra, e, conforme nota enviada pela escola, essa linguagem não ser apropriada para crianças pequenas, que ainda não se alfabetizaram: sua utilização colocaria em risco o processo de aprendizagem e letramento. O segundo fato, ocorrido em 2022, refere-se à sanção, pelo prefeito de Porto Alegre, da lei que proíbe o uso de linguagem neutra nas escolas e uso de expressões como “alunxs”, “alun@s” e “alunes” nas atividades de comunicação da administração municipal (BECK, 2022). O veto busca justificativas na citação de um conjunto normativo que pauta as regras nacionais atuais do uso da língua. Para tanto, refere o acordo ortográfico da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Lei de Diretrizes e Base da educação (LDB).

Ambos os casos se baseiam na acusação de que esses movimentos desejam substituir a designação de gênero “o” e “a” por outras letras ou símbolos; argumento que não menciona a manutenção do gênero neutro masculino como universal. Não passa despercebido que corromper a língua portuguesa culta é argumento apenas adjacente ao veto à linguagem neutra, que, de fato, gravita em torno do apelo moral – e eficiente – que fabrica a opinião pública, inflaciona-a com uma verdade sem consequências, além de oferecer condições para que alguém se posicione como legislador único da língua. O que está no holofote, nesses e em outros tantos casos, é uma ameaça que, quando amplificada, sublinha os riscos de causar danos psíquicos precoces às crianças se a linguagem neutra avançar no debate público.

Sabemos que a gramática normativa da língua portuguesa não prevê uma forma neutra de gênero. A norma culta, por mais que não seja seguida cotidianamente pelos brasileiros, seria uma referência idealizada ao que a língua “deveria ser”, uma marca de estabilidade na nossa existência. Entretanto, a língua é um pacto que se faz no social, justamente porque é nele que a vida com o outro se desdobra. Esse pacto acompanha as transformações e as demandas do presente.

Os estudos de linguagem inscrevem um campo do conhecimento que se dedica a acompanhar de que modo a língua nasce, ganha consistência e se insere numa cultura. Nesse contexto, a língua é viva, e muitos linguistas afirmam que se poderia avançar no debate do uso da linguagem neutra para que pessoas que não se sentem acolhidas pela língua no sistema binário masculino-feminino vigente encontrassem uma forma de se representar (FILHO; OTHERO, 2022). Dizemos “avançar no debate” porque formas neutras, ou ditas inclusivas, ainda estão em variação na escrita, numa experimentação, e não dispensam esse processo de trânsito da linguagem para uma (re)elaboração do pacto. Acompanhando os argumentos a favor do veto ao uso da linguagem neutra, sempre há um tom apocalíptico, exacerbando a ameaça à língua, e isso porque o que está em jogo é o apagamento da desigualdade de gênero inscrita na língua e na sociedade (BORBA; LOPES, 2018). No entanto, o tom exaltado é apenas uma tentativa de entrave ao debate, pois, de fato, não há uma proposta de substituição de uma forma de marcar o gênero por outra, mas experimentações de acréscimos de recursos linguísticos, que podem ou não ser usados *por* e *com* determinadas pessoas, além de uma demanda para abertura ao debate. Não se trata de uma mudança linguística a ser imposta, e este talvez seja o ponto: a língua em seus movimentos vivos não admite legislador. Ela atualiza a vitalidade e a criatividade de seus falantes (BORBA; LOPES, 2018).

4 EDUCAÇÃO, LITERATURA E LINGUAGEM INVENTIVA

Os espaços educativos por muito tempo vazios, e agora novamente habitados, sentem outra presença... forte, política: uma crise de linguagem que nos coloca à beira de uma distopia e ameaça o pacto democrático que nos enlaça. Estivemos menos em presença do outro no tempo pandêmico e, como efeito, respiramos menos nesse tempo? Sonhamos menos? Mais? A escola ainda é a mesma? Somos os mesmos? As perguntas/dúvidas que não cansam de se aglomerar estão ávidas para serem feitas em presença. Elas ressoam na universidade, especialmente a pública, convocando que seus protagonistas assumam a responsabilidade por uma transmissão, que ofereçam condições de possibilidade para abrir espaço a uma leitura atenta às crises e, ao mesmo tempo, semeiem o despertar de novos modos de dizer, pensar, ler e produzir sentidos que se abram em direções que não implicam um sentido prévio a serviço do interesse de poucos.

Os desafios deste tempo não parecem ser respondíveis pelo rearranjo de conteúdos de um tempo anterior postos a operar uma transmissão através de uma gramática curricular empoeirada pelo tempo (pandêmico); tempo, aliás, em que muito e pouco aconteceu. Mais interessante seria nos inspirarmos em Hannah Arendt, citada por Agamben (2017), quando nos lembra que, diante das crises, o que sempre nos restará é a língua. Uma língua viva cujos caminhos de abertura e fechamento não obedeça ao interesse prévio de alguém ou de algum grupo. Como sugeriu Freud ao propor, em *Totem e tabu*, o mito do assassinato do pai da horda primitiva como marco inaugural de uma coletividade, o lugar do legislador absoluto sobre a vida e os sentidos da existência deve, zelosamente, ser mantido vazio para que a trama simbólica encontre as vias de ampliar seu alcance. E o zelo por essa manutenção cabe a todes nós, adultos responsáveis por transmitir às gerações vindouras a magia das palavras que sempre podem dizer algo novo e, com isso, criar aberturas até então inexistentes.

Sabemos, com a psicanálise, que é no trabalho com a linguagem que se encontram a causa e os encaminhamentos possíveis ao mal-estar de cada tempo. Freud nos legou essa sabedoria, ao transmitir sua “solução”. A polissemia de seu dito talvez indique que na literatura, e em seu modo de tramar a linguagem – bem menos articulada ao estado de dicionário –, possamos encontrar uma bússola para o trabalho de mantermos a língua viva, arejada, em trânsito. Se assim for, quem sabe possamos também nos inspirar a pedir licença (no caso, poética) aos escritores criativos para que sua linguagem balizasse um tanto mais o ensino. Ensino que, para além da questão da “liberdade de expressão”, precisa se interrogar sobre a “responsabilidade de expressão” diante das gerações futuras. Ensino que nos desafia a fazer do espaço educativo um território plural que acolha pessoas, em seus dizeres, em suas singularidades... Ensino que permita à palavra emergir como acontecimento. Ensino que se construa a cada vez, a cada aula, a cada respiro, sem tantos sentidos pré-fixados. Sobre esse ensino temos muito a aprender com os poetas, talvez pudesse nos falar Freud ([1908] 1976a), se fosse chamado a dizer algo sobre o assunto.

Octavio Paz nos lembra que palavra que circula na experiência estética do poema não explicita argumentos, não diz que sabe sobre algo, nem comunica nada em si: “o poema não representa nada, ele apresenta” (PAZ, 2014, p. 118). A linguagem literária produz uma abertura para novos afetos, ou pelo menos desativa antigos; ela é guiada pela afetação de um *pathos* que, não raras vezes, serve de andaime à construção de novos modos de ser e habitar a língua.

Para Paz (2014), toda forma verbal, frase ou conjunto de frases ditas ou grafadas pelo poeta, elas, juntas, são um poema. E cada poema “contém muitos significados opostos ou díspares, aparentemente irreconciliáveis, que ela abrange ou reconcilia sem suprimir” (PAZ, 2014, p. 104). Se no dicionário da novilíngua os contrários são subsumidos por um processo que impõe o sentido único, no poema os paradoxos são engendrados de modo que o antagonismo possa encontrar conciliação sem supressão. No jogo entre opostos operado no âmbito do poético, o rio desenha sua terceira margem e os que chegam se responsabilizam por transmitir a função simbólica daquilo que não se mostra útil ou lógico, como faz o filho no conto “A terceira margem do rio”, escrito por Guimarães: “Pai, o senhor está velho, já fez o seu tanto... Agora, o senhor vem, não carece mais... O senhor vem, e eu, agora mesmo, quando que seja, a ambas as vontades, eu tomo o seu lugar, do senhor, na canoa!” (ROSA, 1988, p. 36).

No tempo em que vivemos, tomar nosso lugar na canoa e zelar pela transmissão de um patrimônio simbólico acumulado parece-nos passar pela criação e sustentação de dispositivos de ensino que restitua o pulsar da linguagem em sua dimensão polissêmica. A literatura, especialmente a poesia, é uma das produções humanas em que podemos encontrar uma chave, uma “solução” – escrita em “grossos caracteres”, como disse Freud –, para aguçar a escuta dos pequenos detalhes, do que é dito ao redor, nas margens, e que permite alargar as fronteiras do dizível. Isso porque “todo poeta é um pulsar no rio da linguagem” (PAZ, 2014, p. 13); um pulsar que busca escrever o impossível de uma terceira margem neste rio.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. O que resta? **Flanagens**, 2017. Disponível em: <http://flanagens.blogspot.com/2017/06/o-que-resta-giorgio-agamben.html?m=1> Acesso em: 17 jul. 2022.

BARBOSA FILHO, Fábio Ramos; OTHERO, Gabriel de Ávila. **Linguagem “neutra”**: língua e gênero em debate. São Paulo: Parábola, 2022.

BECK, Matheus. Prefeito sanciona lei que veta uso de linguagem neutra em Porto Alegre. **G1**, 17 jun. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2022/06/17/prefeito-sanciona-lei-que-veta-uso-de-linguagem-neutra-em-porto-alegre.ghtml> Acesso em: 25 jul. 2022.

BOLSONARO pediu que Enem chamasse golpe militar de 64 de “revolução”. **IstoÉ**, São Paulo, 19 nov. de 2021. Disponível em: <https://istoe.com.br/bolsonaro-pediu-que-enem-chamasse-golpe-militar-de-64-de-revolucao/> Acesso em: 25 jul. 2022.

BORBA, Rodrigo; LOPES, Adriana Carvalho. Escrituras de gênero e políticas de *différance*: imundície verbal e letramentos de intervenção no cotidiano escola. **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 21, p. 241-285, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rle/article/view/15198> . Acesso em: 26 jul. 2022.

BORGES, Jorge Luís. **Obras completas de Jorge Luís Borges**, v. 1. São Paulo: Globo, 1999.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n. 3019**. Altera a Lei Antiterrorismo n. 13.260, de 16 de março de 2016, a fim de tipificar os grupos “antifas” (antifascistas) como organizações terroristas. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2254171> Acesso em: 25 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2020**. Brasília, DF: MEC/Inep, 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2020.pdf Acesso em: 25 jul. 2022.

FREUD, Sigmund. (1908 [1907]). Escritores criativos e devaneios. In: FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud**, v. 4. Rio de Janeiro: Imago, 1976a.

FREUD, Sigmund. (1900). A interpretação dos sonhos. In: FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud**, v. 4. Rio de Janeiro: Imago, 1976b.

FREUD, Sigmund. (1913). Totem e tabu In: FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud**, v. 13. Rio de Janeiro: Imago. 1996.

GALEANO, Eduardo. **Tejidos**: antologia. Barcelona: Octaedro Editorial, 2001.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. **Introdução à metapsicologia freudiana**, v 2: a interpretação dos sonhos. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

KLEMPERER, Victor. **LTI**: A linguagem do Terceiro Reich. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

LACAN, Jacques. (1954-1955). **O seminário, livro 2**: O eu na teoria de Freud e na técnica psicanalítica. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

LACAN, Jacques. (1959-1960) **O seminário, livro 7**: A ética da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

LACAN, Jacques. (1972-1973). **O seminário, livro 20**: Mais, ainda. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

LOPES, Janaína; CHAGAS, Gustavo. Escola de Porto Alegre cancela peça de teatro que usa linguagem neutra. **G1**, 9 nov. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2021/11/09/escola-de-porto-alegre-cancela-apresentacoes-de-peca-de-teatro-que-usa-linguagem-neutra.ghtml> . Acesso em: 25 jul. 2022.

“NÃO há dúvida de que nazismo foi movimento de esquerda”, diz Bolsonaro. **Exame**, São Paulo, 2 abr. 2019. Disponível em: <https://exame.com/brasil/nao-ha-duvida-de-que-nazismo-foi-movimento-de-esquerda-diz-bolsonaro/> . Acesso em: 25 jul. 2022.

ORWELL, George. **1984**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2009.

OS PINGOS NOS IS. Veja íntegra da live do presidente Jair Bolsonaro de 04/06/2020. **Youtube**, 4 jun. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ng6lhLDM4Vk> . Acesso em: 27 jul. 2022.

PAZ, Octavio. **O arco e a lira**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

ROSA, Guimarães João. A terceira margem do rio. In: ROSA, Guimarães João. **Primeiras estórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. p. 32-37.

Revisão gramatical realizada por: Jeferson Mello Rocha.

E-mail: jefersonmrocha@gmail.com